

Imagen reconquistada

O Parlamento brasileiro deu mostras de seu amadurecimento como instituição em dois episódios recentes. A Câmara cassou o mandato do deputado Jubes Rabelo, por falta de decoro, e o Senado decidiu manter a data para o plebiscito sobre o sistema de governo.

Ao tomar o mandato do deputado Jubes Rabelo, acusado de ter falsificado uma carteira funcional para seu irmão Abiel — preso com meia tonelada de cocaína em São Paulo —, a Câmara dos Deputados mostra um exemplo a ser seguido pelos demais poderes. As irregularidades têm de ser apuradas rigorosamente e, caso se comprove a culpa, os responsáveis pelos delitos devem ser punidos de maneira exemplar.

A dura decisão adotada contra Jubes Rabelo parece indicar o fim do corporativismo no Congresso Nacional. Este exemplo deveria ser seguido por todos os demais segmentos da sociedade. Jamais esteve em discussão qualquer idéia ou posição política do deputado. O que esteve em jogo foi uma irregularidade que a ele foi imputada. O mesmo ocorreu, dias antes, quando foi afastado o relator de uma importante comissão contra quem pesavam algumas acusações, não de cunho político.

Se a punição exemplar de Jubes Rabelo representa um ponto positivo a favor da imagem do Parlamento, a manutenção da data para o plebiscito sobre o regime de governo — em 1993 — significa o recuo de uma decisão que poderia

acabar gerando uma crise política, que só viria a aprofundar ainda mais as dificuldades — basicamente econômicas — vividas pelo País no momento.

Grande parte da população brasileira é a favor da troca do presidencialismo pelo parlamentarismo. É bem possível que este seja o resultado do futuro plebiscito. No entanto, a sua discussão e votação já no ano que vem poderia acabar gerando problemas adicionais para o Presidente da República.

Como a questão vinha sendo proposta, aparentemente, mais uma vez, o parlamentarismo estava sendo usado apenas como tentativa para superar crises conjunturais, no caso, os problemas econômicos atuais, gerados todos pelos altos índices inflacionários. A antecipação do plebiscito poderia acabar funcionando como mais um fator de desestabilização.

Foi a consciência deste fato que levou os senadores a recuarem da decisão anterior. A prudência, especialmente a de muitos partidários do parlamentarismo, consolidou o resultado final.

Com essas duas decisões, o Congresso Nacional pode estar iniciando a reformulação da imagem que tem junto à população. A culpa pela estagnação econômica é sempre creditada aos “políticos”, sejam eles do Executivo ou do Legislativo. Ao demonstrar que agem com rigor na defesa da moralidade pública, os deputados ganham prestígio. Já a prudência e o equilíbrio pesam a favor dos senadores.